

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM MULHERES RESIDENTES EM ZONA RURAL: EXPERIÊNCIAS E ENFRENTAMENTO

Roana Bárbara de Almeida Gouveia¹
Beatriz de Castro Magalhães²
Felice Teles Lira dos Santos Moreira³
Rachel de Sá Barreto Luna Callou⁴
Grayce Alencar Albuquerque⁵

RESUMO: Descrever percepções, experiências e enfrentamento de mulheres rurais frente à violência doméstica. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, de abordagem qualitativa, realizado com mulheres residentes na zona rural de um município do interior do Ceará, Brasil. A pesquisa foi desenvolvida sob o parecer nº 4.270.219. O perfil sociodemográfico exibiu mulheres, em sua maioria, jovens adultas, negras, agricultoras e professoras. As percepções sobre violência doméstica e suas manifestações são amplas, entretanto, limitadas quanto às tipologias. As estratégias de enfrentamento são permeadas por medo e insegurança. O acesso à rede de enfrentamento é frágil e o atendimento prestado, em sua maioria, considerado inadequado. As experiências violentas partiram de parceiros íntimos, familiares e desconhecidos. Conhecer experiências e percepções de mulheres rurais sobre violência favorece a tomada de decisões adequadas nas ações de atenção à presente conjuntura.

Palavras-chave: População rural; Violência contra a mulher; Violência doméstica; Percepção social

1. Bacharel em Enfermagem pela Universidade Regional do Cariri - URCA; Doula; Mestranda do Programa de Mestrado Acadêmico em Enfermagem (PMAE) da Universidade Regional do Cariri - URCA; Integrante do Grupo de Pesquisa Sexualidade, Gênero, Diversidade Sexual e Inclusão - GPESGDI; Membro voluntária do Observatório de Violência e Direitos Humanos do Cariri.

² Enfermeira graduada pela Universidade Regional do Cariri - URCA. Mestre em Enfermagem pelo Programa de Mestrado Acadêmico da Universidade Regional do Cariri - URCA. Integrante do Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Gênero, Diversidade Sexual e Inclusão (GPESGDI/CNPq). Atualmente integra o Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade, Diversidade Sexual e Inclusão (GPESGDI) e o Observatório de Violência e Direitos Humanos do Cariri.

³ Enfermeira, graduada pela Universidade Regional do Cariri (URCA), pós-graduada em Auditoria em Sistema de Saúde (Lato sensu) pela São Camilo Educação e, Mestre em Enfermagem (URCA), pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Atualmente, sou professora substituta do curso de Graduação em Enfermagem da URCA, compondo o quadro de professores das disciplinas Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem e Anatomia. Além disso, sou enfermeira intensivista da Uti Pediátrica do Hospital São Camilo. Faço parte do Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Gênero, Diversidade Sexual e Inclusão (GPESGDI), pesquisando assuntos relacionados a sexualidade, gênero, violência, comportamento destrutivo no trabalho em saúde e segurança do paciente.

⁴ Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Regional do Cariri-URCA (2009); Doutorado em Saúde Materno Infantil pelo Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (IMIP); Mestrado em Saúde Materno Infantil pelo IMIP e em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é professora Adjunta da URCA, vice-coordenadora e tutora da Residência Uniprofissional em Enfermagem Obstétrica, membro da COREMU, docente permanente do Mestrado Acadêmico em Enfermagem e pesquisadora do Grupo de Pesquisa da Criança e do Adolescente. Também é membro do Grupo de Estudos Integrados de Nutrição e Saúde do IMIP.

⁵ Enfermeira. Docente do quadro efetivo da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutora em Ciências da Saúde pelo programa de Pós-graduação da Faculdade de Medicina do ABC. Líder do grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade, Diversidade Sexual e Inclusão (GPESGDI). Coordenadora do Observatório de Violência e Direitos Humanos na região do Cariri pela URCA. Tutora do PET Enfermagem URCA. Docente permanente do Mestrado Acadêmico de Enfermagem e do Doutorado e Mestrado Profissional em Saúde da Família pela RENASF. Pós-doutoranda pela FIOCRUZ, Ceará. Atualmente desenvolve pesquisas vinculadas à Saúde Coletiva, Promoção da Saúde, Saúde Pública e Enfermagem com foco em temáticas transversais como sexualidade, gênero, raça, diversidade sexual, inclusão social, violência contra mulher e populações vulneráveis, consumo de drogas, comportamentos de risco, humanização em saúde e acessibilidade aos serviços de saúde.



ABSTRACT: Describe rural women's perceptions, experiences and coping with domestic violence. This is an exploratory, descriptive study with a qualitative approach, carried out with women living in the rural area of a city in the interior of Ceará, Brazil. This research got approval by the Research Ethics Committee with a scientific opinion n° 4.270.219. The sociodemographic profile shows mostly young adult black women, farmers and teachers. The perceptions about domestic violence and its manifestations are broad, however, limited in terms of typologies. All coping strategies are permeated by fear and insecurity. The coping network's access is fragile and the care provided is mostly unsuitable. The violent experiences came from intimate partners, family members and strangers. Describing rural women's experiences and perceptions provides allow adequate decision making in the actions of attention to the present situation.

Keywords: Rural Population; Violence against women; Domestic violence; Social perception.

Introdução

A violência doméstica e familiar contra a mulher é concebida como qualquer atitude ou omissão baseada no gênero que gere sofrimento físico, emocional, sexual, dano moral ou patrimonial à mulher, podendo levar à morte e manifestando-se na esfera doméstica, entendida como o ambiente de convívio permanente entre pessoas, com ou sem vínculo familiar, havendo relação íntima ou de afeto, independente de orientação sexual ou coabitação (BRASIL, 2006). Dada sua magnitude, a violência contra a mulher se constitui como problema de saúde pública, repercutindo em sequelas físicas e mentais que exigem acompanhamento emergencial e/ou de longa duração, bem como, mobilização social e de setores da saúde e justiça (WHO, 2021).

Tal fenômeno tem suas origens na violência de gênero, alicerçada em relações de poder, onde se entrelaçam as categorias gênero, classe e raça/etnia. Para Bourdieu, a categoria gênero é uma construção social e cultural que vai além das diferenças biológicas entre homens e mulheres, se constituindo em uma forma de poder simbólico, que é mantido e reproduzido por meio de práticas sociais e estruturas institucionais, internalizadas pelos indivíduos desde a infância, por meio do processo de socialização, moldando identidades/comportamentos e legitimando modos de opressão e dominação (BORDIEU, 1999).

De fato, a violência de gênero expressa uma forma particular de violência global mediatizada pela ordem patriarcal, que delega aos homens o direito de oprimir, dominar e controlar as mulheres, podendo para isso usar da violência. A opressão e dominação masculina, segundo Bourdieu (1999), exerce uma "dominação simbólica" sobre todo o tecido social, corpos e mentes, discursos e práticas sociais e institucionais; (des)historiciza diferenças e naturaliza desigualdades entre homens e mulheres. Para Bourdieu, a dominação masculina estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social.

Enquanto uma construção social e cultural, o gênero se estabelece como uma série de normas e expectativas que são impostas às pessoas com base em suas características sexuais. Para Butler, essas normas são mantidas e toleradas por meio de performances repetidas e rituais sociais que reforçam as desigualdades sexuais e sociais existentes (BUTLER, 2003).

Dado esse cenário, em que se vislumbram normas/regras e desigualdades entre o masculino e o feminino, estudos têm demonstrado o quanto, de fato, os valores

culturais machistas e patriarcais (ainda) estruturantes na sociedade, estão associados à presença e recorrência das violências cometidas contra as mulheres (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023) mostra que 52% da população entrevistada presenciou violências contra meninas e mulheres por parentes ou parceiros íntimos. Além disso, estudos exibem também que 33,4% de mulheres brasileiras a partir de 16 anos sofreram violência física ou sexual por parceiro íntimo ao longo da vida (FBSP, 2023).

No bojo da violência contra a mulher é válido afirmar que os espancamentos de mulheres podem evoluir rapidamente para casos de feminicídios, uma vez que casos de agressões físicas ainda são naturalizados pelo decorrer da história, o que potencializa os assassinatos de mulheres (ALBARRAN, 2015).

Nesse contexto, o Relatório Mundial de Violência (OMS, 2014) estimou em 2013 que até 38% dos casos de feminicídios tinham como agressores parceiros íntimos do sexo masculino. No Brasil, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021) revelou que 54,0% dos casos de feminicídio ocorreram dentro da residência das vítimas, em sua maioria cometidos pelo conjugue, sendo o domicílio, portanto, palco de fatalidades geradas por conflitos de gênero naturalizados em sociedade.

Assim, o espaço doméstico tende a mascarar as situações de violência por ser um local privado e de pouco alcance dos demais (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020), especialmente no contexto rural, pela intensificação da característica privada do lar, em decorrência do distanciamento dos grandes centros urbanos (BUENO; LOPES, 2018).

Costa, Lopes, Soares (2015a) explicam que mulheres rurais precisam superar obstáculos mais acentuados no que se refere ao reconhecimento e denúncia formal da violência. Um dos obstáculos é a barreira geográfica, que pode ser representada pelo distanciamento da rede de enfrentamento da violência, isto é, a inacessibilidade aos dispositivos da rede (COSTA; LOPES; SOARES, 2015a).

Além da distância geográfica peculiar à zona rural, cabe destacar particularidades desse cenário que reforçam a vulnerabilidade de mulheres à violência doméstica, especialmente em regiões nitidamente estereotipadas, como a região Nordeste do Brasil e o semiárido. Nestas localidades, apresentam-se contextos específicos que

colocam as mulheres em condições de fragilização e vulnerabilidade para o enfrentamento eficaz da violência de gênero.

No Nordeste existe uma construção estereotipada da figura do “nordestino” que serve de modelo/reforço para a masculinidade hegemônica existente no âmbito rural, sendo os atributos virilidade, espírito libertário, caráter bélico, individualismo indomável/inflexível, coragem e impetuosidade; o conhecido “cabra macho”, alguns aspectos que podem ser relacionados com a violência de gênero (ALBUQUERQUE, 1999). Neste cenário, a mulher ainda é representada pela sua fragilidade e submissão ao homem, restritas ao lar e às atividades domésticas; reforçando a divisão tradicional de papéis distintos para mulheres e homens que se sustentam numa rígida divisão sexual do trabalho que tem, historicamente, relegado à mulher um papel secundário no trabalho, na vida política, nas lutas sociais, responsabilizando-a pelo trabalho não-visível e submetendo-a à níveis variados de opressão (MONTERO, 2007).

Verifica-se então, que essa estrutura de poder desigual entre os gêneros é reforçada ainda mais no ambiente rural, por existirem papéis estritamente delimitados no seio doméstico, sendo este posto exclusivo da mulher, o que converge para a desvalorização de sua mão de obra na agricultura familiar (BUENO; LOPES, 2018). Tais configurações acabam por legitimar, socialmente, a violência contra a mulher rural (COSTA; LOPES, 2012).

Borth *et al.* (2018) constatam que as estruturas sociais de desigualdade são elementos majoritariamente influenciadores nas condições de violência doméstica sofrida pelas mulheres do campo, as quais constituem um público carente de políticas públicas e de saúde exclusivas, necessitando de intervenções direcionadas às singularidades rurais.

Além deste contexto, em que se reforçam o patriarcado e as desigualdades de gênero, Costa *et al.* (2017) alegam também que a falta de conhecimento, dependência do companheiro, falhas na rede de enfrentamento, dificuldade de acesso à serviços e transportes das mulheres em zonas rurais constituem fatores impeditivos para o devido enfrentamento à violência, havendo dificuldades para a entrada dessas mulheres aos serviços de atenção da rede.

Tendo em vista o cenário rural como palco facilitador para a violência doméstica contra as mulheres, este estudo se justifica pela necessidade de se conhecer as percepções e experiências que mulheres da zona rural têm sobre a violência doméstica, podendo-se abrir espaços para a compreensão das fissuras da rede de enfrentamento e

reconhecer os aspectos sociais que permeiam a problemática, os quais, podem fornecer subsídios ao enfrentamento do fenômeno ao tornarem visível a vitimização das mulheres rurais e a pluralidade de vulnerabilidades associadas a essa população.

Sob essa perspectiva, o objetivo desse estudo foi descrever percepções, experiências e enfrentamento de mulheres rurais frente à violência doméstica, identificando seus conhecimentos sobre as tipificações e manifestações da violência doméstica, bem como, a forma na qual percebem as consequências desse fenômeno e o enfrentam.

Método

Trata-se de estudo exploratório, descritivo, de abordagem qualitativa, realizado nos meses de janeiro a março de 2021 com 10 mulheres residentes da zona rural de um município do interior de Ceará, Brasil, sem definição de uma localidade ou sítio específico, captadas através do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, utilizando, posteriormente, a metodologia de bola de neve para continuidade da pesquisa (VINUTO, 2014).

Os critérios de exclusão da pesquisa foram: 1) mulheres com idade menor que 18 anos; 2) mulheres que se encontravam desorientadas, com algum tipo de demência ou transtorno mental que a incapacitasse para o estudo e 3) mulheres que vivessem em zona rural há menos de um ano.

Para a coleta de dados adotou-se entrevistas por telefonema, que foram gravadas, transcritas e arquivadas em sua totalidade, contando com a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e confirmação verbal da participação. Referente a entrevista, utilizou-se um instrumento de coleta de dados elaborado pela autora, abrangendo questões sobre dados socioeconômicos e demográficos e um roteiro com perguntas abertas concernentes às percepções, experiências e enfrentamento da violência doméstica por mulheres rurais.

As respostas das participantes foram submetidas ao processo de análise no programa *Interface de R pour L Analyses Multidimensionnelles de Textes L de Questionnaires* (IRaMuTeQ), versão 0.7 alfas 2 (CAMARGO; JUSTO, 2013). Para este estudo foi utilizada a análise da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e os dados foram analisados com base na literatura pertinente ao tema.

Esta pesquisa obedeceu a resolução nº 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúdes (CNS) do Ministério da Saúde. O projeto fora submetido ao Comitê de Ética e

Pesquisa da universidade vinculada, com trâmite legal e ético e aprovado sob o parecer nº4.270.219.

Resultados

Durante o processo de coleta de dados foram realizadas 10 entrevistas com mulheres residentes na zona rural do município do interior do Ceará. A partir do roteiro de pesquisa, coletou-se também dados sociodemográficos e foi possível traçar um perfil sociodemográfico das participantes, no qual está disposto a baixo na tabela 1.

Variáveis	Nº	(%)
Idade		
18 a 28 anos	02	20%
29 a 39 anos	04	40%
40 a 50 anos	01	10%
51 a 54 anos	03	30%
Profissão		
Agricultora	04	40%
Professora	04	40%
Estudante	02	20%
Estado civil		
Solteira	05	50%
Casada	04	40%
União estável	01	10%
Tempo de relacionamento		
>10 anos	02	20%
>20 anos	01	10%
>30 anos	02	20%
Não se aplica	05	50%
Número de filhos		
Nenhum	05	50%
1	02	20%
2	02	20%
>4	01	10%
Número de pessoas em casa		
2	03	30%
3	05	50%
4	02	20%
Escolaridade		
Ensino fundamental incompleto	01	10%
Ensino médio completo	05	50%
Ensino superior completo	02	20%
Pós-graduação	02	20%
Renda mensal		
Menos de 1 salário mínimo	04	40%

1 salário mínimo	01	10%
Mais de 1 salário mínimo	03	30%
Mais de 2 salários mínimos	01	10%
Não sabe informar	01	10%
Religião		
	08	80%
Católica	01	10%
Evangélica	01	10%
Outras: Mórmons		
Cor/raça		
	02	20%
Preta	04	40%
Branca	03	30%
Parda	01	10%
Amarela		
Identidade de gênero		
Cisgênero	10	100%
Orientação sexual		
Heteroafetiva	09	90%
Bissexual	01	10%
Tempo que reside em zona rural		
1 a 2 anos	01	10%
10 a 19 anos	01	10%
20 a 29 anos	02	20%
30 a 39 anos	03	30%
40 a 49 anos	01	10%
50 a 59 anos	02	20%

Fonte: dados originais

A maioria das entrevistadas são mulheres jovens adultas, com idade entre 18 a 39 anos (seis); pardas e pretas (seis); agricultoras (quatro) e professoras (quatro); solteiras (cinco) e em união heteroafetiva (cinco); com filhos (cinco); possuindo menos de 1 salário mínimo como renda (quatro); católicas (oito); com ensino médio completo (cinco) e residentes em zona rural há mais de 10 anos (nove).

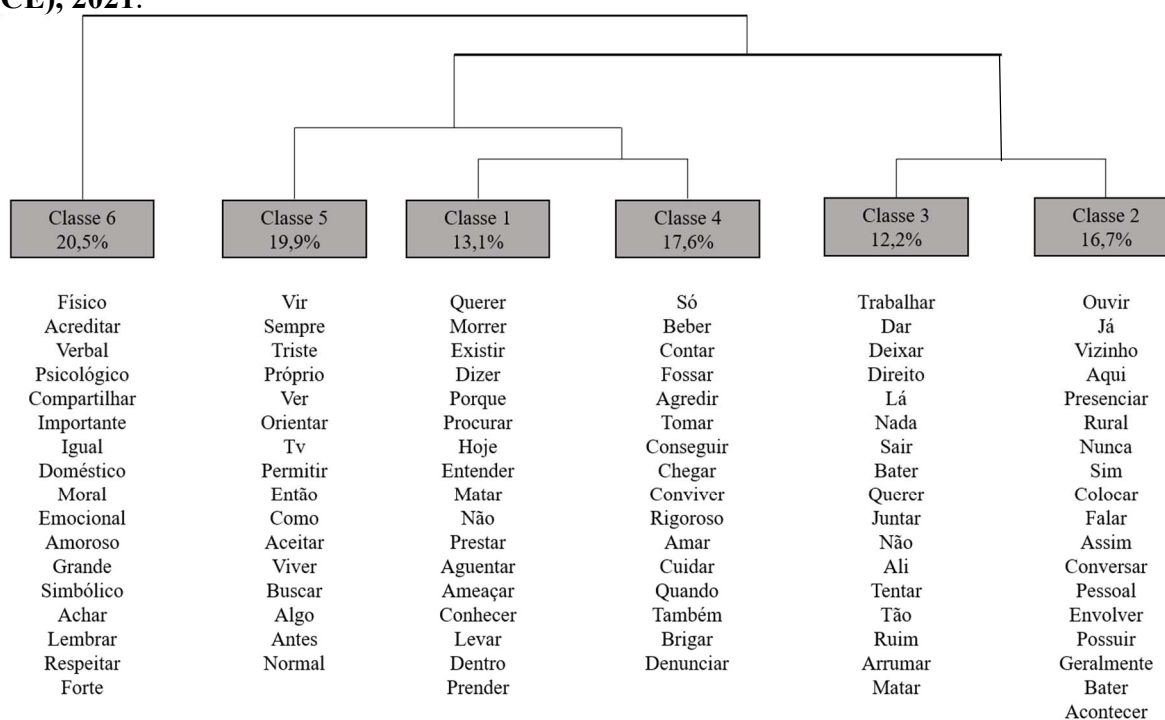
O *corpus* textual constituído por 10 entrevistas foi processado pelo programa *Interface de R pour L Analyses Multidimensionnelles de Textes L de Questionnaires* (IRaMuTeQ), sendo composto desta forma por 10 textos, que continham 380 Segmentos de Texto, dos quais 312 foram aproveitados (82,11%). Surgiram 13.138 ocorrências, com 585 formas ativas e 59 suplementares.

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) (figura 1) das entrevistas com as mulheres residentes em zona rural dividiu o *corpus* textual em seis classes, destacando as palavras significantes, ou seja, com $p < 0,0001$. Inicialmente, o *corpus* textual se fragmentou em dois, um destes deu origem a classe 6, o outro passou por novo

processo de divisão, dividindo-se em duas seções. A primeira se dividiu em duas partes, sendo que uma delas deu origem a classe 5 e a outra se subdividiu em duas, originando as classes 1 e 4; já a segunda seção se dividiu em duas, originando as classes 3 e 2.

As classes, por sua vez, foram interpretadas em ordem crescente, de cima para baixo, sem obedecer os critérios de representatividade e/ou importância (%), as quais deram origem às categorias de análise.

FIGURA 1 - Dendrograma sobre violência doméstica em mulheres da zona rural, (CE), 2021.



Classe 01 – Violência doméstica e gênero: experiências e compreensões

Essa classe possui 13,1% de representatividade no *corpus* textual e é formada pelas seguintes palavras significativas ($p < 0,0001$): “querer”, “morrer”, “existir”, “dizer”, “porque”, “procurar” e “hoje”, as quais se relacionam às experiências pessoais e de terceiros sobre a violência e compreensões **sobre a ocorrência** do fenômeno, como se observa nas sentenças abaixo.

“(…) ela voltou porque o cara fez lá uma, como é que diz, dizer que ia morrer e não comia e era só deitado e se ela não voltasse, ia se matar e aquele drama todo (score:

108.64) (...) na maioria das vezes o homem é que tem a disponibilidade de manter uma casa e tudo, e ele usa isso enquanto uma violência com a mulher porque diz que é quem manda (score: 103.95) (...) ele matou ela na frente dos filhos dela assim a sangue frio, quer dizer uma violência maior do que essa não existe (score: 156.43).” (entrevista_03)
“Eu mesma eu fui uma prova disso. Eu tive um namorado há sete anos atrás, no qual ele além de me ameaçar de morte, ele me bateu, ele prometeu matar até as pessoas da minha família porque ele não queria o fim do relacionamento (score: 114.52) (...) para mim ter outro relacionamento eu tenho que pensar duas vezes (score: 97.03) (entrevista_05)

As experiências descritas acima dizem respeito tanto às vivências pessoais das entrevistadas com a violência, quanto ao relato de vivências de outras mulheres conhecidas, perfazendo a dinâmica insidiosa da relação abusiva até as ameaças de morte e feminicídio. Percebe-se que as experiências levam ao medo de novos relacionamentos.

Sobre as percepções do fenômeno, as mulheres entrevistadas descrevem a violência doméstica contra a mulher enquanto agravo intergeracional inserido na cultura de dominação do homem sobre os corpos das mulheres, a qual é reforçada ainda mais no âmbito doméstico e em decorrência das desigualdades de gênero, que reforçam a objetificação feminina e a sua subserviência aos homens. Ainda, se destaca a provisão do lar pelo homem, como revelado em um discurso, reforçando-se a ideia de provisão do lar associada à determinação das regras no domicílio.

Além disso, percebe-se que as participantes possuem uma compreensão ampliada sobre a violência contra a mulher, pois a descrevem não somente como agressão física, mas também enquanto patrimonial e psicológica.

Classe 02 – Ruralidade, violência e rede de enfrentamento

Essa classe possui representatividade de 16,7% do *corpus* e é composta por palavras significativas ($p < 0,0001$): “ouvir”, “já”, “vizinho”, “aqui”, “presenciar”, “rural”, “nunca”, “sim” e “colocar”, que exibem experiências com a violência sob o fato de presenciar, ver e ouvir sobre casos, nas quais se vislumbra a vulnerabilidade à violência existente no meio rural. Além disso, citam-se alguns dispositivos da rede de enfrentamento, como se apresenta abaixo.

“Com certeza a distância do meio rural dificulta porque se acontece um caso aqui, se tem uma denúncia, quando a polícia chegar aqui é lógico que não vai encontrar mais, ele não vai estar mais nem a parceira e ele já tem saído (score: 94.60) (...) as mulheres da zona rural são mais tímidas elas não falam, elas ficam caladas, para elas a violência doméstica era só se elas fossem agredidas de bater (score: 54.65).” (entrevista_02)

“(...) mas quando vai acontecer de fato o direito muitas vezes a mulher já está enterrada, muitas vezes no fundo do quintal (score: 53.17).” (entrevista_01)

“De ouvir dizer que a mulher é tratada feito um lixo, porque primeiro quando ela chega na delegacia vão culpar ela. A primeira culpada é ela, nunca é o agressor (score: 73.53) (...) E a gente desenvolve esse trabalho fazendo seminário fazendo palestra, tem o CRM aqui no município que apoia muito o pessoal da zona rural, dá apoio. É nesse meio que a gente vai entendendo e conhecendo (score: 60.51).” (entrevista_03)

Os discursos acima descrevem a dupla vulnerabilidade vinculada às situações de violência comuns para as mulheres residentes em zona rural, tanto pelas desigualdades de gênero, quanto ao conhecimento sobre a violência doméstica restringida às agressões físicas ou pelas mulheres não se perceberem dentro do ciclo violento.

Evidencia-se da mesma forma, o determinante de moradia, o qual por sua vez, intensifica a invisibilização da violência para a mulher e para a sociedade, bem como, revela a dificuldade de acesso aos serviços da rede de enfrentamento por fatores associados às barreiras geográficas, mas também, dificulta a chegada da polícia na zona rural.

Sobre a rede de enfrentamento, observam-se percepções positivas e negativas. No que se refere às positivas, destacam-se as ações intersetoriais do Centro de Referência da Mulher (CRM) e o próprio Sindicato de Trabalhadores Rurais. Já em relação às percepções negativas, notam-se não somente falhas na punição dos agressores, mas também a reprodução da cultura de culpabilização da mulher dentro dos próprios serviços, configurando-se tal conduta como violência institucional, com destaque para a delegacia.

Classe 03 – Percepções sobre hierarquia de gênero e estratégias de apoio

Essa classe possui 12,2% de representatividade no *corpus* textual e é composta pelas seguintes palavras significativas ($p < 0,0001$): “trabalhar”, “dar”, “deixar”, “direito”, “lá”, “nada” e “sair”, as quais dizem respeito às percepções concernentes aos sinais

sutis da violência sob o constructo da desigualdade de gênero no cotidiano e estratégias pessoais no enfrentamento imediato e de apoio, havendo destaque ao desamparo familiar e social, como nos discursos a seguir.

“(...) principalmente tem homem que não deixa a mulher trabalhar (escore: 124.76) (...) meu negócio é esse ou denúncia anônima ou então perguntar a parceira lá se ela queria ir denunciar, que eu poderia ir com ela ou dar o número do telefone (...) eu já levei uma lá pro CRM (escore: 109.75).” (entrevista_02)

“Ele podia ter quantas mulheres fossem, mas ela não podia...a partir do momento que ela arrumou alguém, ele bateu nela, ele falou em matar (escore: 37.65) (...) eles chegam em casa e eles querem alguma coisa e não tem, tipo faça uma comida, quer ter um tipo de relação, não tem, parte para agressão (escore: 29.12).” (entrevista_08)

“Sobre as estratégias eu iria intervir... tentar digamos, assim apartar, parar aquela situação para que nada de ruim pudesse acontecer com a mulher (escore: 52.55)” (entrevista_10)

Percebe-se que as mulheres entrevistadas possuem percepções ampliadas sobre a causalidade da violência, estando estas associadas aos estereótipos de gênero. Nesse sentido, identifica-se a dominação masculina e manifestação de posse do parceiro sobre a mulher, principalmente pela obrigatoriedade imposta à esta dos cuidados domiciliares e de manter relações sexuais. A objetificação sexual feminina na sociedade patriarcal tem, no “débito conjugal”, se sustentado, uma vez que se estabelece o dever de um cônjuge (no caso a mulher) de ceder seu corpo à satisfação sexual do outro.

Ainda, evidenciam-se nas falas, a negação da autonomia financeira da mulher, verificada pela contraposição da possibilidade desta trabalhar, com o propósito de mantê-la dependente financeiramente do agressor, reforçando-se os papéis clássicos de gênero de homem provedor e mulher do lar.

Sobre as estratégias de apoio, destacam-se ações imediatas relacionadas às denúncias e envolvimento nos casos evitando-se desfechos fatais, bem como a assistência em serviços da rede e estratégia com reflexos a longo prazo, a saber, o distanciamento do agressor com a ajuda de conhecidos.

Classe 04 – Precipitadores da violência doméstica e manutenção do contexto violento

Essa classe possui representatividade de 17,6% do *corpus* e é composta por palavras significativas ($p < 0,0001$): “só”, “beber”, “contar”, “forçar”, “agredir”, “tomar”, “conseguir” e “chegar”, sendo relativa às experiências pessoais e de terceiros com potenciais fatores que impulsionam episódios violentos, como o uso de droga lícita e crime de invasão de privacidade, além da discussão sobre aspectos que promovem a continuidade do contexto de violência, como se mostra abaixo.

“Quando ele bebia só queria me agredir, me chamava de vagabunda (Escore: 179.40).” (entrevista_05).

“Por que tem mulheres que às vezes se prendem ao relacionamento por causa dos filhos e também por conta da dependência financeira (escore: 64.60) (...) não tem com quem pedir ajuda, as pessoas que convive no sítio a maioria são famílias, aí fica ruim de você lidar com a situação para contar para algum familiar (escore: 64.55).” (entrevista_07)

É possível observar que o abuso de bebidas alcoólicas é considerado pelas participantes um forte fator correlacional na ocorrência de múltiplas agressões no ambiente doméstico, legitimada pela sobreposição do poder masculino nessa dimensão.

Com relação às condições de manutenção do contexto de violência doméstica, nota-se que a dependência financeira do parceiro junto ao fato da existência de prole impede a mulher de se desvencilhar desse cenário fortalecido pela distância geográfica e, mais uma vez, pelo desamparo familiar, seja por constrangimento, medo de rejeição social ou pela desassistência já esperada.

Classe 05 – Invisibilidade da violência contra a mulher

Essa classe possui representatividade de 19,9% do *corpus* e é composta por palavras significativas ($p < 0,0001$): “vir”, “sempre”, “triste”, “próprio”, “ver”, “orientar”, “tv”, “permitir”, “então” e “como”, sendo relacionada à naturalização da violência reforçada pela submissão e julgamento social do meio rural, como se mostra abaixo.

“É muito triste se você for especificar a violência contra a mulher é muito, é assim é a própria mulher que nem percebe isso, vê isso ali como uma rotina, que é porque eu não presto mesmo (escore: 84.28).” (entrevista_03)

“Acho que a submissão porque infelizmente a gente vê que na zona rural muitas mulheres, principalmente as mais velhas ainda são submissas aos seus maridos, é como ela não é vista como um ser humano normal (score: 62.84) (...) tem que ter mais informações para que as mulheres fiquem esclarecidas e não aceitem serem tratadas de nenhuma forma que venha a diminuir ela, a fazer com que ela não se sinta bem (score: 71.33).” (entrevista_04)

Observam-se discursos que demonstram o caráter silencioso dos casos de violência doméstica no campo devido a submissão feminina. Embora essa submissão esteja presente também na zona urbana, é na zona rural que esta encontra-se mais reforçada devido os costumes próprios desse meio, que delimitam exclusivamente às mulheres o desempenho das atividades domésticas, mesmo em idade avançada.

Nota-se ainda, a existência da culpabilização social contra as mulheres que permanecem no contexto de violência doméstica. Essa ideia se substancia pela constatação de que as depoentes entendem que as mulheres ainda não se percebem inseridas em um cenário de violência, por esta ser considerada algo “natural”. A manutenção da superioridade masculina na sociedade patriarcal acaba por naturalizar as diferenças, o assédio, o estupro e a violência contra a mulher em seus mais variados níveis, tornando-se esse agravo corriqueiro no cotidiano de vida dessas mulheres.

Além disso, observa-se o apelo da necessidade explícita de educação sobre a temática direcionada às mulheres, visando empoderamento a partir da aquisição de informações e reflexões individuais.

Classe 06 – Percepções sobre tipificações da violência doméstica e suas consequências

Essa classe possui representatividade de 20,5% do *corpus* e é composta por palavras significativa ($p < 0,0001$): “físico”, “acreditar”, “verbal”, “psicológico”, “compartilhar”, “importante”, “igual”, “doméstico”, “moral”, “emocional” e “amoroso”, sendo associada às percepções sobre os tipos de violência conhecidas e as consequências desse agravo em suas vidas.

“Eu acho que assim, com a mulher que sofre de violência doméstica, o trauma é muito grande, psicológico, físico, emocional, de todas as formas ela vive num mundo, acredito

que ela vive num mundo de insegurança, de medo, de trauma, de tudo que não é bom , (escore: 288.60).” (entrevista_06)

“(...) é na zona rural tipo, eu vejo um machismo muito forte (escore: 183.48) (...) sobre as consequências, primeiramente eu acredito que o desgaste psicológico porque além do desgaste físico... desgaste psicológico vai acabar com a autoestima da mulher, aquela vontade de viver por viver (escore: 179.65).” (entrevista_09)

Observa-se que as entrevistadas possuem um conhecimento limitado sobre as tipificações da violência doméstica, pois a violência sexual não foi citada como uma tipificação, no entanto, foi compreendida como uma violência em outros discursos. No geral, as percepções em si são relativamente coerentes no que se refere as tipificações da violência contra a mulher quando agregado às noções das consequências. Destaca-se também o machismo apontado com maior intensificação na zona rural do que na zona urbana para ocorrência do agravo.

Nos discursos, identifica-se também a crença de que a violência doméstica contra a mulher é uma ocorrência plural, onde várias dimensões são englobadas e afetadas, desde a dimensão mental e moral à dimensão corporal. Acerca das consequências pós violência, percebe-se uma noção ampliada sobretudo nas consequências de cunho mental e psicológico, materializado sob a formação de traumas, mudanças na perspectiva de vida, desesperança, baixa autoestima, depressão, sentimento de insegurança e medo generalizado.

Discussão

A desigualdade de gênero oriunda do machismo e patriarcado exerce um papel significativo nas relações de poder, atribuindo ao homem maiores vantagens sociais em relação as mulheres e, dessa forma, incutindo vulnerabilidades ao público feminino, as quais encontram-se ainda mais ampliadas no contexto rural (COSTA, 2015b).

Essas desigualdades iniciam-se e reforçam-se no meio doméstico, através de papéis estereotipados, em que os homens são socializados desde a infância para assumirem a provisão do lar e, as mulheres, a serem responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho reprodutivo e não remunerado de cuidado com casa e filhos, o que impacta na sua autonomia e reduz o papel da mulher aos afazeres domésticos.

Evidenciam-se assim, atributos distintos de homens e mulheres no seio familiar patriarcal, que mantêm a superioridade e o poder do patriarca em relação aos seus outros membros (LAGE, SOUZA, 2019). No domínio da família, o pai/homem mantém a autoridade sobre as mulheres e as crianças; ele é de fato a origem da opressão das mulheres pelos homens; como provedor, merece respeito e obediência.

Nessa perspectiva, a violência doméstica contra a mulher no meio rural está ligada à intensificação destes papéis assimétricos entre homens e mulheres, fato evidenciado neste estudo e corroborado pela pesquisa de Honneth *et al.*, (2017), que se propõe a descrever representações sociais de homens e mulheres sobre a violência doméstica no espaço rural. As atividades desenvolvidas pelas mulheres, em sua maioria, são invisibilizadas, e isso se dá, em parte, porque a divisão tradicional de papéis distintos para mulheres e homens se sustentam numa rígida divisão sexual do trabalho, que tem relegado à mulher um papel secundário, tanto no trabalho, como na vida política e nas lutas sociais, responsabilizando-a pelo trabalho não-visível e não remunerado (RIOS *et al.*, 2019).

Tal realidade reforça a dependência financeira de mulheres frente a seus parceiros, principalmente na zona rural, e eleva as chances de vitimização e dificuldades de saída do ciclo abusivo. De fato, a questão socioeconômica tem impactado nos índices de violência doméstica contra a mulher. Nesse estudo, metade das participantes possuíam de 1 a menos de 1 salário mínimo, atuando como agricultoras ou professoras.

Apesar de expressarem atuar na profissão agrícola, uma ocupação vinculada à base comum da geração de renda do meio rural, visto que a formação de outros empregos que não sejam agrícolas ou pecuários se encontram reduzidos nesse meio (BUENO; LOPES, 2018), o exercício laboral destas mulheres não é valorizado, uma vez que no contexto rural, os afazeres dos homens sobrepõe-se ao das mulheres, reduzindo sua renda individual à uma renda complementar e limitando sua autonomia financeira (BUENO; LOPES, 2018).

A ausência de autonomia financeira reforça a dependência da mulher frente ao parceiro, principalmente diante existência de prole. 50% das mulheres deste estudo relataram ter filhos, fato este muitas vezes influenciado pela maternidade compulsória, a partir da qual a mulher é socializada para conceber a maternidade como inerente a ela. Para Scavone (2001), a maternidade é entendida como um processo histórico, cultural e político, estando diretamente ligada às relações de poder e dominação de um sexo sobre

o outro, algo que restringe as ocupações da mulher aos cuidados com lar e filhos. Especialmente na zona rural, as uniões maritais precoces e a necessidade de apoio na agricultura familiar, elevam as chances de família numerosas, com quantitativo maior da prole. Tal situação dificulta a saída da mulher da relação abusiva, uma vez que os filhos influenciam as decisões da mãe, em especial os filhos mais novos (GONZAGA; MAYORGA, 2019; NETTO *et al.*, 2017a; LÍRIO *et al.*, 2019).

Dessa forma, é válido mencionar os dados nacionais do relatório de violência doméstica e familiar contra a mulher (2017), que revelam que as mulheres que tem filhos sofrem mais violência. Os números apontam que o percentual de mulheres com filhos que revelaram terem sofrido violência perpetrada por homem foi de 34%, enquanto que o percentual de mulheres sem filhos que relataram a mesma variável foi de 15%; já a agressão que mais ocorreu na vida das mulheres com filhos foi a física, abrangendo 70% dos casos, ao passo que para as mulheres sem filhos, a violência física teve uma porcentagem de 38% (BRASIL, 2017).

Nessa perspectiva, a prole se firma como bloqueio na tomada de decisão da mulher na quebra do ciclo abusivo por questões financeiras, pelo medo de não ser capaz de sustentar os filhos; por questões sociais, pela manutenção do caráter familiar e crença de que a prole terá um futuro melhor caso permaneça em uma configuração familiar nuclear/patriarcal; e por questões emocionais, de direito à guarda e medo do filho sofrer violência (BARAGATTI *et al.*, 2019).

Nesse prisma, as participantes perceberam a relação entre possuir filhos e a violência doméstica; pois na percepção das mesmas, o fato de ter filhos com o agressor é um fator propício à manutenção do cotidiano com o próprio agressor, além de estar correlacionado à dependência financeira. Isso decorre de a cultura patriarcal propagar a manutenção da estrutura familiar como dever feminino, para a qual a mulher é responsável não somente pela procriação, mas também, pela boa criação das crianças e manutenção do lar (VIEIRA; ÁVILA, 2018; SILVA *et al.*, 2020).

A responsabilidade feminina na manutenção de lares é solo fértil para a invisibilização da violência contra o público feminino, com destaque para a violência doméstica, por conceber condutas violentas como naturais aos homens e, em contrapartida, fortalecer a ideia de que posturas femininas devem ser sempre favoráveis à manutenção da união/relacionamento amoroso, em função do mito do “amor romântico” (SANTOS *et al.*, 2014), o que eleva as chances das mulheres a sofrerem violência, dentre

outras, a sexual, muitas vezes não reconhecida por estar associada à “cláusula marital”, que se refere à prática sexual de um casal como uma "cláusula" prevista no contexto das obrigações conjugais (DANTAS-BERGER; GIFFIN, 2005).

Assim, é comum em relações conjugais ancoradas em desigualdades de gênero, que os homens externalizem a sobreposição de seus desejos em detrimento aos das mulheres, muitas vezes pelo ato de satisfazer as próprias necessidades sexuais, desconsiderando a consensualidade da parceira; evento relatado e percebido decerto, como violência sexual pelas participantes do estudo em tela, embora de forma sutil e que representa um achado também encontrado no estudo de Bervian e pesquisadores (2019).

Essa percepção converge com um recorte dos resultados de estudo de Lírio e colaboradores (2019), no qual observou-se por relatos masculinos, que o ato sexual é considerado obrigatoriedade marital da mulher para com o homem. Todavia, essa noção parte também das mulheres, uma vez que na maioria das vezes, o pensamento feminino coincide com os preceitos machistas (BOURDIEU, 2014), em que as mulheres se percebem como propriedades dos maridos, devendo dessa forma, lhes servir em todos os seus desejos (FRANCO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2018), incluindo os sexuais, e isso justificaria o fato de nos discursos das colaboradoras deste estudo, pouco se mencionar a violência sexual enquanto tipificação da violência doméstica contra a mulher, uma vez que esta possa não ser reconhecida como abuso, mas sim, como uma obrigação da esposa.

A violência sexual, além de ser resultante da cláusula marital, também se apresenta com maiores chances de ocorrência diante consumo de bebidas alcóolicas, embora tal condição tenha sido apontada como fator potencial de precipitação da violência doméstica, pelas depoentes, frente aos episódios de agressões, particularmente as físicas e as verbais (HOAKEN; STEWART, 2003). Diversos estudos nacionais e internacionais, com foco na população urbana e rural corroboram com essa assertiva (CARVALHO *et al.*, 2018; BHONA *et al.*, 2020; ROSA *et al.*, 2018; SOLANKE, 2018; ZAVALA; MONTOYA-REALES, 2017).

À vista disso, se faz necessário compreender como essa dimensão se comporta no espaço rural, uma vez que o consumo de álcool pelo parceiro é comumente ligado aos episódios de agressão. De acordo com um estudo com 173 participantes no Assentamento Rural Olga Benário, Brasil, a prevalência do consumo de álcool da maioria dos indivíduos do sexo masculino foi de 77, 9%, e o uso nocivo sustentou 20,14% da

amostra total; tais números ostentam grande relevância quando comparado a outras pesquisas rurais e nacionais e suas causas se ancoram nas condições de vida e trabalho do campo (SILVA *et al.*, 2017).

Nesta seara, cabe destacar que o consumo de bebidas alcoólicas faz parte do universo masculino como resultado das desigualdades de gênero. No Brasil, estudos em contextos diferentes têm refletido sobre o consumo de álcool como um ato social a partir dos espaços dos bares e alguns deles retratam a relação entre o consumo de bebida alcoólica e a sociabilidade masculina como aprendizado de códigos de masculinidade (MATOS, 2001; GARCIA, 2004).

Além de uma questão cultural e social por questões de gênero, o consumo de bebidas alcoólicas é elevado em populações com baixa escolaridade, renda e *status* socioeconômicos, e frente a este contexto, os residentes de comunidades rurais constituem uma população vulnerável para uso da referida substância (MARTINS-OLIVEIRA *et al.*, 2016). Ainda, somam-se outros fatores de risco que potencializam o uso da bebida, como a limitação de recursos públicos e a carência de serviços de saúde e práticas culturais, que em conjunto, contribuem para que informações sobre os riscos do consumo não cheguem a essa população, favorecendo a exacerbação do uso de álcool nos espaços rurais (OLIVEIRA, 2012; CASTRO *et al.*, 2009). Assim, se a correlação da violência doméstica e o abuso do álcool está bem estabelecida e a prova de que o seu consumo na zona rural é relativamente maior e mais preocupante, reflete-se então, que as mulheres rurais podem sofrer mais agressões e estão mais susceptíveis pelo gatilho do álcool.

Além da violência sexual, outras tipificações são apontadas e reconhecidas pelas participantes do estudo, como destaque aos abusos psicológicos e físicos, com desfechos fatais, como o feminicídio. Apesar do óbito de mulheres representar a máxima das agressões, as consequências daquelas que sobrevivem marcam profundamente a qualidade de vida destas mulheres.

Pela perspectiva das entrevistadas, a dimensão mental/psicológica engloba a maior parte das consequências da violência. Essa percepção converge com o estudo realizado com 608 mulheres da zona rural do estado de Paraíba, no qual a presença de Transtornos Mentais Comuns (TMC) esteve presente em 31,6% das participantes (FURTADO *et al.*, 2019). Esse dado, por sua vez, quando relacionado a variável

“violência doméstica”, manifestou uma proporção duas vezes maior de sinais e sintomas de TMC (FURTADO *et al.*, 2019).

Diante disso, a sintomatologia descrita pelas depoentes deste estudo inclui baixa autoestima, tristeza, depressão, medo, trauma, desesperança e sentimento de insegurança. São sintomas também encontrados em pesquisas com mulheres urbanas e rurais em consequência de experiências violentas com o parceiro (CARNEIRO *et al.*, 2017; FURTADO *et al.*, 2019). Nesse estudo, a baixa autoestima foi uma questão muito citada, o que se refere um maior impacto nessa dimensão, não somente como um produto da violência, mas também, como uma condição muitas vezes desenvolvida ao longo de um relacionamento abusivo, que tem o potencial de contribuição na permanência da mulher na relação (PAIVA; PIMENTEL; MOURA, 2017).

Assim, as manifestações do abuso e suas consequências, acabam limitando as possibilidades de a mulher se desvencilhar da relação abusiva, pois em face à desigualdade de poder no âmbito matrimonial, o homem passa a impedir a mulher de trabalhar; restringir sua liberdade; usufruir sem permissão do aparelho telefônico da parceira; e realizar abuso verbal, psicológico e moral. Dessa forma, a violência patrimonial, moral e psicológica dificulta a mulher de se envolver em um meio social de possível suporte no rompimento do relacionamento (BERVIAN *et al.*, 2019), extraindo da parceira oportunidades de independência, de busca de apoio, de agregação de informação e de manutenção de laços humanos. Ou seja, segundo Netto e pesquisadores (2017b), com o propósito de isolar socialmente a mulher, fragilizando sua rede de apoio.

Para tanto, de acordo com as participantes desta pesquisa, o isolamento social é sustentado pela restrição de liberdade e pela proibição de socialização, e esses eventos podem levar a um quadro depressivo, que facilita maior domínio do agressor (NETO *et al.*, 2017b). O quadro depressivo que se desenvolve, com influência do isolamento incutido pelo parceiro, culmina também no autoisolamento, ou seja, o isolamento deixa de ser unilateral, do homem para a mulher, e vêm a ser um ato da própria vítima, dado que o ato de se isolar é sustentado por sentimento de angústia, vergonha e medo das promessas violentas do parceiro (NETTO *et al.*, 2017b).

Mediante tais repercussões, é válido destacar que a inserção da mulher em uma rede social de acolhimento é imprescindível na prevenção e solução do fenômeno da violência doméstica. Contudo, a zona rural sofre carências estatais nessa esfera,

potencializada pela característica da barreira geográfica e escassez de uma rede de atenção, o que significa desamparo e desassistência profissional (BORTH *et al.*, 2018).

Diante desses desafios, a população rural feminina tende a descredibilizar os dispositivos da rede, fato presente em alguns discursos nesta pesquisa, em que as participantes emitem declarações sobre a pouca confiabilidade na rede de atenção à violência contra a mulher em suas respectivas realidades. Além dos pontos apresentados, o acolhimento nos aparelhos de atenção foi apontado como inadequado e insensível.

A falta de confiança e de credibilidade junto ao serviço precário oferecido pelos profissionais dentro da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, assume uma condição importante na tomada de decisão pela busca de apoio institucional, inclinando, na maioria das vezes, à desistência das mulheres para rompimento do ciclo abusivo, na medida em que decidir pela denúncia exige análise de custo e benefício, muitas vezes, prevalecendo o medo frente às ameaças do agressor e a percepção de não suporte institucional de proteção (BARAGATTI *et al.*, 2019; NETTO *et al.*, 2015). Assim, na realidade das mulheres do campo, o custo sobrepõe-se ao benefício justamente por se basear em uma rede fragilizada em termos de acesso e acolhimento, o que pode impactar na subnotificação dos casos de violência nesta zona, com baixa procura aos órgãos da rede, como as delegacias.

Essa assertiva entra em consonância com a pesquisa de Souza e Faria (2017), realizada com 11 psicólogos atuantes nas Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de algumas capitais brasileiras, em que se constata a baixa adesão como um dos principais desafios profissionais. Essa condição em geral se ampara na desorganização do fluxo de atendimento, promovendo um processo moroso e desconfortável (MOREIRA *et al.*, 2020), fator desvantajoso para a mulher em situação de violência.

Além disso, a maioria das depoentes deste estudo apresentaram uma percepção negativa quase que exclusivamente às delegacias de defesa da mulher, seja por experiência própria ou por terceiros, uma vez que se constatou a violência institucional como um fato comum essencialmente pela reprodução da cultura de culpabilização da violência sofrida.

Cardoso e Vieira (2019) salientam que a culpabilização da mulher a desmoraliza socialmente, reiterando sua posição submissa nas relações sociais e seu papel como propriedade do homem, reforçando-se a ideologia androcêntrica da estrutura social

corrente. Cerqueira e Coelho (2014) destacam que, quando há imputação da culpa pelo ato violento à própria vítima no âmbito dos Sistemas de Justiça, a mulher é duplamente vitimizada ou revitimizada, isto é, além de atuar como vítima ao ser submetida às condutas do agressor, torna-se vítima novamente em razão do julgamento moral promovido pelo aparato profissional que questiona o que esta fez para merecer o ocorrido, ao invés de acolhê-la, compreendê-la e protegê-la.

Esse fenômeno não é uma novidade nos achados de pesquisas sobre atendimento à mulher em situação de violência nas zonas rurais e urbanas, seja em estudos com mulheres ou profissionais, uma vez que verificam-se lacunas na assistência pela falta de uma estrutura adequada, precarização do acesso, desarticulação nos serviços de atenção, despreparo e falta de capacitação dos profissionais (MOREIRA *et al.*, 2020; BARAGATTI *et al.*, 2019; BERVIAN *et al.*, 2019; BORTH *et al.*, 2018; SOUZA; FARIA, 2017); reverberando na ocorrência de violência institucional e ocasionando revitimizações, que levam à quebra do vínculo com o serviço.

Enquanto isso, as Unidades de Saúde e os Centros de Referência parecem ter uma melhor posição na avaliação das participantes deste estudo, em especial pelo serviço de apoio psicossocial ofertado, conjuntura encontrada também no estudo de Bearzi e colaboradores (2020). Essa avaliação pode ocorrer em função de os profissionais destes instrumentos serem formados para implementar um acolhimento receptivo e apropriado nos serviços, bem como, para considerar o ser humano em sua integralidade, o que inclui suas vulnerabilidades sociais (NONATO *et al.*, 2020).

Além disso, no que se refere as percepções positivas sobre os Centros de Referência da Mulher (CRM), destaca-se o fato de os profissionais que neles trabalham serem capacitados para atuar especificamente no enfrentamento do fenômeno, o que pode contribuir para uma maior sensibilização (MELO; RODRIGUES, 2017). Contudo, assim como na pesquisa de Bearzi *et al.*, (2020), observou-se o desconhecimento sobre outros dispositivos da rede e sua funcionalidade neste estudo.

Isso reforça a necessidade de instrução quanto à existência dos aparelhos que compõem a rede de atenção a violência contra a mulher, assim como a rede de apoio social que pode auxiliar a mulher, em contexto violento ou não, no combate a problemática. O conhecimento da estrutura e funcionalidade da rede de apoio social e estatal fornecem subsídios na determinação de ações de atenção à saúde das mulheres (NETTO *et al.*, 2017a). Assim, para além das ações do estado, o apoio familiar/de pessoas

próximas e atividades de sensibilização para reconhecimento da violência são importantes e requisitadas.

Estudo realizado em uma capital brasileira, com 29 mulheres da zona urbana vinculadas as Varas de Justiça pela Paz em Casa, que sofreram violência conjugal por parceiro íntimo, revelam três principais estratégias utilizadas no enfrentamento do agravo. A primeira conta com o apoio familiar, sendo este um método altamente significativo para as mulheres, nas quais apresentam maior chance de permanência na relação abusiva caso se encontrem privadas desse suporte; a segunda recorre ao alicerce jurídico-estatal, no qual auxilia as mulheres na conduta da denúncia; e a terceira se encontra na inserção em grupos de mulheres em situação de violência, sendo este um espaço de cuidado mútuo (CARNEIRO *et al.*, 2020).

Embora os achados de Carneiro e colaboradores (2020) se demonstrem importantes, para a mulher do campo, especialmente as participantes deste estudo, as duas primeiras estratégias são inconcebíveis na realidade em que se encontram, uma vez que relataram desamparo familiar e desatenção social, citando principalmente os vizinhos pelo absenteísmo frente aos episódio de violência, o que reforça assim, a natureza isolada do meio rural; e o desamparo estatal substanciado pela distância aos centros urbanos.

O suporte familiar como estratégia utilizada pelas mulheres em situação de violência faz parte do processo de superação e de enfrentamento, incentivando a denúncia e a busca de apoio estatal (BARAGATTI *et al.*, 2019; NETTO *et al.*, 2017a). Tendo em vista que a maioria das pessoas que vivem em zona rural integram os mesmos núcleos familiares, como exposto na atual pesquisa, reflete-se que o suporte supracitado poderia ser algo potencializado nesse âmbito. No entanto, em decorrência de o machismo ser reforçado na zona rural, repassado de geração em geração, aliado ao isolamento pelo parceiro e o estigma social que a mulher inserida em cenário de violência sofre, o apoio familiar apresenta ainda muitos obstáculos.

Honnet e colaboradores (2017) constataam que a violência doméstica no meio rural se encontra fortemente presente nos laços familiares dada a forte assimetria de poder entre os gêneros ancorada no machismo e patriarcado, a exemplo do casamento.

Um recorte do estudo de revisão integrativa de Baragatti e pesquisadores (2019), reforça as afirmações anteriores, apontando a permanência no ciclo violento relacionada à pressão social para manutenção do *status* de casamento e de família e pressão pelo conservadorismo patriarcal, podendo até persuadir à mulher a permanecer

no relacionamento violento. Dessa forma, algumas mulheres preferem optar pelo silêncio para evitar conflitos familiares (BARAGATTI *et al.*, 2019). Esses motivos tem uma grande probabilidade de serem equivalentes aos das mulheres colaboradoras deste estudo.

Mediante a pressão social pela manutenção familiar, fragiliza-se a aquisição de informações individuais fora do lar, que sabidamente tem um papel importante no enfrentamento à violência, tendo em vista que a educação é um fator protetivo ao agravo. Considera-se que nesse estudo, as mulheres apresentaram bom nível educacional, o que pode justificar também as visões ampliadas que se destacaram nas falas de muitas delas. Além disso, das mulheres entrevistadas nesse estudo, quatro faziam parte do Sindicato de Trabalhadores Rurais, e nesse órgão, existe uma organização articulada voltada às questões femininas na esfera de violência e direitos humanos.

Assim sendo, foi possível identificar nas falas destas participantes, a prática pedagógica referente ao enfrentamento da violência na zona rural. As práticas educativas incluem seminários e palestras relatadas como meios para obtenção de informações e compartilhamento de conhecimentos e saberes.

Nesse sentido, a proatividade em organizar ações educativas e eventualmente, em conjunto aos dispositivos da rede de enfrentamento, faz parte da luta pelos direitos femininos das mulheres do campo, uma vez que a partir da disseminação de informações importantes sobre violência, se potencializa o reconhecimento e combate deste fenômeno.

Assim, um dos pontos destacados não somente pelas mulheres vinculadas ao Sindicato, mas também pelas professoras e estudantes colaboradoras dessa pesquisa, foi a aquisição e a disseminação de informações sobre tipificações da violência e seus direitos em forma de educação, percebidos como essenciais no combate à violência doméstica. A obtenção de meios de informações, seja por aparelhos eletrônicos ou por programas sociais, substancia uma melhor autopercepção sobre seu lugar na sociedade, o que faz a mulher refletir, individualmente ou em grupo, a profundidade da desigualdade de gênero e temas afins, iniciando-se o processo de empoderamento (WINTERS *et al.*, 2018).

Adiante, as depoentes deste estudo discutiram sobre a importância dessas iniciativas na zona rural, o que se justifica pelo fato de as mulheres se configurarem como fonte de apoio para outras mulheres, onde agregam conhecimentos e compartilham experiências e saberes (CARNEIRO *et al.*, 2020). Essa rede de apoio feminina se faz indispensável para instruir a mulher residente de zona rural, uma vez que, pelos depoimentos, as mulheres rurais são mais submissas, tímidas e não possuem

conhecimentos suficientes sobre a violência doméstica. Contudo, infere-se que o fato de a maior parte da amostra desta pesquisa serem mulheres assíduas em atos ativistas, como professoras e estudantes, justifica essa visão unificada da importância da educação e rede social como ferramentas fundamentais no combate à violência contra a mulher pelo grau de instrução.

Assim, a superação da violência contra a mulher do campo tem, na união de mulheres reconhecedoras de direitos e deveres, um ponto de partida. Garantia de informações e discussões sobre esse fenômeno e sua compreensão, através de atividades educativas por exemplo, podem fortalecer este público para a luta e promover emancipação feminina, que em conjunto, repercutem na cobrança de direitos para ampliação e funcionamento adequado de uma rede de enfrentamento à violência e aplicabilidade efetiva das leis existentes.

Por fim, no panorama geral, foi possível observar singularidades da zona rural incorporadas nas percepções das depoentes, referindo-se às limitações e compreensões sobre a violência doméstica. Facetas estas que só podem ser compreendidas quando consideradas as especificidades da zona rural, a cultura, a história local, a configuração social, o trabalho laboral, as barreiras geográficas e o acesso aos serviços de atenção à saúde e segurança pública, sendo assim, um caminho teórico reflexivo importante para o profissional da rede de enfrentamento percorrer em função de uma melhor assistência ao seu público alvo.

Considerações finais

A partir do estudo em tela verificou-se que a violência doméstica é um fenômeno presente na vida das entrevistadas. Apesar de vivenciarem episódios violentos e/ou terem conhecimento da ocorrência deste agravo, os discursos das participantes demonstram falta de informação sobre tipificações da violência contra a mulher, percebem a falta de instrução e de educação sobre a problemática, compreendem que a dependência do parceiro influencia na permanência no ciclo de violência, relatam a distância geográfica entre zona rural como dificultador para acesso aos aparelhos da rede de enfrentamento à violência, demonstram falta de informação sobre sua própria rede e apontam os desafios no acesso a mesma.

Além disso, foi possível observar que a maioria das experiências relatadas com a violência doméstica são de terceiras, o que, no entanto, não exclui o impacto emocional originado por tais, dado que as experiências na zona rural são descritas com desmedida brutalidade, muitas vezes por relatos de feminicídios. Portanto, a familiaridade com a violência provocou sentimento de medo pela consciência do risco eminente de vivenciar uma situação de violência.

Na perceptiva geral das depoentes, a violência doméstica está longe de ser solucionada, pois há difícil acesso à rede de enfrentamento e de apoio, falta de segurança pública, violência institucional e o medo do parceiro e de reprimendas sociais, que impactam com que as estratégias de enfrentamento sejam ainda mais reduzidas.

Apesar de achados importante e reflexivos, considera-se como limitação do estudo o período pandêmico que inviabilizou a pesquisa de forma presencial, e aliado a isso, o baixo acesso das mulheres rurais a aparelhos telefônicos e redes de internet suficiente para uma comunicação efetiva, o que contribuiu para uma representação reduzida das mulheres da zona rural.

Mesmo assim e por se tratar de uma pesquisa qualitativa, pôde-se desvelar experiências e descrever percepções das mulheres rurais, proporcionando maior compreensão do fenômeno, o que pode fomentar a tomada de decisões adequadas à realidade rural, tanto ao patamar de ações combativas locais, quanto nas criações de políticas públicas. Por fim, este estudo poderá contribuir para o arcabouço científico direcionado à prática profissional sobre a violência doméstica, na qual, na zona rural, se encontra carente de uma atenção estatal singular.

Referências

ALBUQUERQUE Jr., D. M. A invenção do Nordeste e outras artes. FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

BARAGATTI, D. Y. *et al.* Rota crítica de mulheres em situação de violência: revisão integrativa. **Rev Panam Salud Publica**. v. 43, ed. 34, 2019.

BEARZI, P. S. S. *et al.* Trilhas para o enfrentamento da violência contra a mulher. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020.

BERVIAN, G. *et al.* Violência contra mulheres rurais: concepções de profissionais da rede intersetorial de atendimento. **Enfermería Global**, n. 54, 2019.

BHONA, F. M. C. *et al.* Intimate Partner Violence: Controlling Behavior and Triggers of Aggression. **Psychology of Health**, Paidéia, v. 30, 2020.

BORTH, L. C. *et al.* Rede de enfrentamento à violência contra mulheres rurais: articulação e comunicação dos serviços. **Rev. Bras. Enferm.**, v.71, n. 3, p.1212-9, 2018.

BOURDIEU, P. (1999). **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1999.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 12^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: Pesquisa DataSenado**. Secretaria da Transparência, Brasília, DF, 2017.

BUENO, A. L. M., LOPES, M. J. M. Mulheres rurais e violência: leituras de uma realidade que flerta com a ficção. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.21, 2018.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2003.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. J. IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. **Temas em Psicologia**, Vol. 21, nº 2, p. 513-518, 2013.

CARDOSO, I. C. B.; VIEIRA, V. O discurso de títulos de notícias sobre violência sexual: a mídia on-line e a culpabilização da vítima de estupro. **ID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 7, p. 69-85, dez. 2014. Disponível em:
<http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/486>.

CARNEIRO, J. B. *et al.* Desvelando as estratégias de enfrentamento da violência conjugal utilizadas por mulheres. **Texto & Contexto Enfermagem**, v.29, 2020.

CARNEIRO, J. B. *et al.* Violência conjugal: repercussões para mulheres e filhas(os). **Escola Anna Nery**, v. 21, n. 4, 2017.

CARVALHO, M. R. S. *et al.* Interface entre a violência conjugal e o consumo de álcool pelo companheiro. **Rev Bras Enferm.**, 2018.

CASTRO E.G.; MARTINS M.; ALMEIDA S.L.F.; RODRIGUES M.E.B.; CARVALHO J.G. Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um



ator político [Internet]. Rio de Janeiro: **Mauad**; 2009. Available from: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/jovensetaoindoembora.pdf>.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde. **Atlas da Violência**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília, n. 11, p. 2-30, mar. 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/75/estupro-no-brasil-uma-radiografia-segundo-os-dados-da-saude-versao-preliminar>.

COSTA, M. C. *et al.* Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde. **Rev. Gaúcha Enferm.**, v. 38, n.2, 2017.

COSTA, M. C.; LOPES M. J. M.; SOARES J. S. F. Agendas públicas de saúde no enfrentamento da violência contra mulheres rurais – análise do nível local no Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.20, n.5, p.1379-1387, 2015a.

COSTA, M. C.; LOPES M. J. M.; SOARES J. S. F. Violência contra a mulher rural: gênero e ações de saúde. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v.19, n.1, jan/mar, 2015b.

COSTA, M. C.; LOPES, M. J. M. Elementos de integralidade nas práticas profissionais de saúde a mulheres rurais vítimas de violência. **Rev. Esc. de Enferm. USP**, São Paulo, v. 46, n. 5, p. 1087-1094, 2012.

DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN, K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n.2, p. 417-425, mar-abr, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2021. São Paulo: FBSP, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no brasil** 4ª edição - 2023. São Paulo: FBSP, 2023.

FRANCO, D. A.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Violência doméstica e rompimento conjugal: repercussões do litígio na família. **Pensando famílias**, v. 22, n. 2, p. 154-171, 2018.

FURTADO, F. M. S. F. *et al.* Transtornos mentais comuns em mulheres de cidades rurais: prevalência e variáveis correlatas. **Saúde e Pesqui.** v. 12, n. 1, p. 129-140, jan/abr, 2019.

GOMES, R. C. M.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M. J. F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 115-124, 2016.

GONZAGA, P. R. B.; MAYORGA, C. Violências e Instituição Maternidade: uma Reflexão Feminista Decolonial. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 39, n. 2, p. 59-73, 2019.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. C. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, v.27, n.2, 256-266, 2015.

GUIMARÃES, R. C. S. *et al.* Impacto na autoestima de mulheres em situação de violência doméstica atendidas em Campina Grande, Brasil. **Rev. Cuid.**, v. 9, n. 1, p. 1988-97, 2018.

HOAKEN P.N.; STEWART S.H. Drugs of Abuse and the Elicitation of Human Aggressive Behavior. **Addict Behav.** Dec, v.28. n.9, p. 1533-54. 2003. Disponível em: doi: 10.1016/j.addbeh.2003.08.033. PMID: 14656544

HONNEF, F. *et al.* Representações sociais da violência doméstica em cenários rurais para mulheres e homens. **Acta Paul Enferm.** v. 30, n. 4, p. 368-74, 2017.

LÍRIO, J. G. S. *et al.* Elementos que precipitam a violência conjugal: o discurso de homens em processo criminal. **Rev. Esc. Enferm. USP**. v. 53, 2019.

MARTINS-OLIVEIRA J.G. *et al.* Risk of alcohol dependence: prevalence, related problems and socioeconomic factors. **Ciênc. Saúde Colet.** [Internet]; v. 2, n. 1, p. 17-26, 2016. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n1/1413-8123-csc-21-01-0017.pdf>

MATOS, Maria Izilda dos Santos de. (2001). **Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade**. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 2001.

MELO, M. C. G.; RODRIGUES, A. S. Políticas de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica: os centros de referência de atendimento às mulheres e a abordagem interseccional. **O Social em Questão**, v. 20, n. 38, p. 153-170, 2017.

MONTERO, Rosa. História das Mulheres. Rio de Janeiro: **Ed Agir**, 2007.

MOREIRA, G. A. R. *et al.* Manifestações de violência institucional no contexto da atenção em saúde às mulheres em situação de violência sexual. **Saúde Soc.** São Paulo, v.29, n.1, 2020.

NETTO, L. A. *et al.* As redes sociais de Apoio às mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo. **Texto Contexto Enferm.**, v. 26, n. 2, 2017a.

NETTO, L. A. *et al.* Isolamento de mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: uma condição em redes sociais. **Esc. Anna Nery**, v. 21, n. 1, 2017b.

NETTO, L. A. *et al.* Mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: tomada de decisão por apoio institucional especializado. **Rev. Gaúcha Enferm.** v. 36, p. 135-42, 2015.

NONATO, L. O. F. *et al.* Estratégias de gerenciamento na Atenção Primária à Saúde em territórios de vulnerabilidade social expostos à violência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 54, 2020.

Oliveira M.L.R. Alcoolismo: um problema social em assentamentos rurais. **Revista Espaço Acadêmico** [Internet]. p. 134: 159-66, 2012. Available from: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/15046/9466>.

OMS. **Relatório Mundial Sobre Prevenção da Violência**. 2014.

PAIVA, T. T.; PIMENTEL, C. E.; MOURA, G. B. Violência conjugal e suas relações com autoestima, personalidade e satisfação com a vida. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 215-227, dez, 2017.

PINTO, I. S. *et al.* Fatores associados ao óbito de mulheres com notificação de violência por parceiro íntimo no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p. 975-985, 2021.

RIOS, P. P. S.; BARROS, E. R.; VIEIRA, A. R. L.; SANTOS, B. S.; SILVA, A. O. O gênero e suas nuances no semiárido brasileiro: Da desconstrução do cabra macho à visibilidade da mulher. **II CONEDU - Congresso Nacional de Educação**. 2019.

ROSA, D. O. A. *et al.* Violência provocada pelo parceiro íntimo entre usuárias da Atenção Primária à Saúde: prevalência e fatores associados. **Saúde Debate**, Rio De Janeiro, v. 42, n. especial 4, p. 67-80, dez., 2018.

SANTOS, A. C. *et al.* A violência contra a mulher e o mito do amor romântico. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT ALAGOAS**, v. 2, n. 2, p. 105-120, 2014.

SANTOS, D. F.; ZIMMERMANN, S. A. O movimento de mulheres camponesas na construção do feminismo camponês popular: protagonismo feminino, práticas feministas e história de luta. **NORUS**, v. 7, n. 11, p. 269-299, jan/jul, 2019.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>

SILVA, A. C. *et al.* Consumo de álcool em residentes do Assentamento Rural Olga Benário, Brasil Central. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 597-605, 2017.

SILVA, J. *et al.* Um espelho de duas faces: ser ou não ser mãe? **Revista Polis e Psique**, v. 10, n. 1, p. 85-106, 2020.

SILVA, Lana Lage da Gama; SOUZA Suellen. **Patriarcado**. In: Dicionário Crítico de Gênero. 2ª edição. Dourados/MS: Editora UFGD, p. 578-582, 2019.

SOLANKE, B. L. Does exposure to interparental violence increase women's risk of intimate partner violence? Evidence from Nigeria demographic and health survey. **International Health and Human Rights**. v.18, n. 1., 2018.

SOUZA, T. M. C.; FARIA, J. S. Descrição dos serviços de psicologia em delegacias especializadas de atendimento às mulheres no Brasil. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 35, n.2, p. 253-265, 2017.

VIEIRA, C. A. L.; ÁVILA, A. A. Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: refletindo sobre o processo de maternagem. **Revista Gênero**, v. 18, n. 2, 2018.

VIEIRA, P. R., GARCIA, L. P., MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Rev. Bras. Epidemiol.**, v. 23, 2020.

VINUTO, J. A. Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, p.203-220, ago/dez. 2014

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência: Homicídio de mulheres no Brasil**. 1. ed. Brasília, 2015.

WHO. **Multicountry study on women's health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcome and women's response**. Geneva, 2005. Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/24159358X/en/>. Acesso em: jul. 2023.

WHO. World Health Organization. **Global, regional and national estimates for intimate partner violence against women and global and regional estimates for non-partner sexual violence against women**. 2021.

WINTERS, J. R. F. *et al.* O empoderamento das mulheres em vulnerabilidade social. **Revista de Enfermagem Referência**, v.4, n. 18, jul/ago/set. 2018.

ZAVALA, G. L.; MONTOYA-REALES, D. A. Violencia contra la mujer en la relación de pareja; caracterización en cinco comunidades de Honduras. **Rev. Fac. Cienc. Méd.**, jul/dec, 2017.